

Cinquenta Anos de Produção Do Conhecimento: Práticas Políticas da Pesquisa em Psicologia

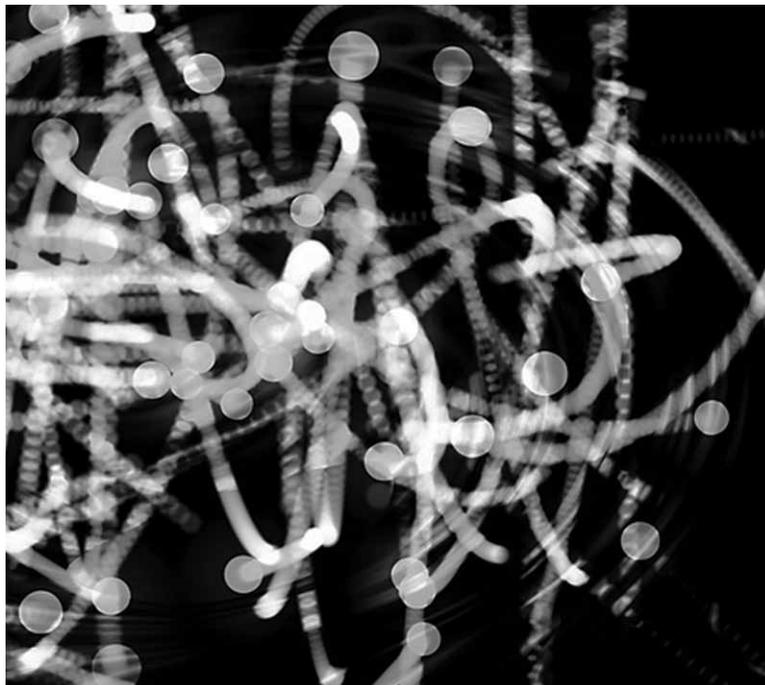
Fifty Years Of Production Of Knowledge :
Political Practices Of Research In Psychology

Cincuenta Años De Producción Del
Conocimiento: Prácticas Políticas De La
Pesquisa En Psicología

**Pedro Paulo Gastalho de
Bicalho , Kely Cristina
Magalhães, Luan Carpes
Barros Cassal & Janaína
Rodrigues Geraldini**

Universidade
Federal do Rio de Janeiro

Artigo



Resumo: A Psicologia, em seus cinquenta anos de regulamentação no Brasil, torna-se um saber difundido por suas intervenções: no campo, na formulação de políticas públicas e na produção de conhecimento acadêmico. A proposta deste artigo é pensar acerca das tensões que emergem no ato de pesquisar e sobre os efeitos produzidos por esse ato, ao mesmo tempo em que a transformação da realidade e as implicações éticas do pesquisador se mostram presentes diante de tais processos. Por meio dessas análises, novas perguntas são elaboradas para o campo de produção do conhecimento, convidando os leitores a considerar o ato de pesquisar como prática política. Entende-se o processo de produção de conhecimento a partir de linhas móveis de visibilidade e de enunciação que se compõem em redes, nas quais o pesquisador não é neutro, mas realiza escolhas associadas a afetos, tensões e desejos. O papel da pesquisa é colocado em análise, sob a ótica da produção de efeitos e da ciência como prática nômade e híbrida.

Palavras-chave: Psicologia. Política científica e tecnológica. Construção de conhecimento. Ética.

Abstract: Psychology, in fifty years of regulation in Brazil, became a widespread knowledge for its activities: in the field, in the formulation of public policies, and in the production of academic knowledge. The purpose of this article is to discuss the tensions and the effects that emerge in the act of searching, with reference to the cartography as a method. Through these analyzes, new questions are introduced to the field of production of knowledge, inviting the readers to think about the act of searching as a political practice. The process of knowledge production is understood from mobile ways of visibility and enunciation that make up networks, in which the researcher is not neutral, but makes choices associated with emotions, tensions and desires. The principal function of research is analyzed from the standpoint of effect production and science as a nomadic and hybrid practice.

Keywords: Psychology. Science policy. Knowledge construction. Ethics.

Resumen: La Psicología, en sus cincuenta años de reglamentación en el Brasil, se torna un saber difundido por sus intervenciones: en el campo, en la formulación de políticas públicas y en la producción de conocimiento académico. La propuesta de este artículo es pensar acerca de las tensiones que emergem en el acto de pesquisar y sobre los efectos producidos por ese acto, al mismo tiempo en que la transformación de la realidad y las implicaciones éticas del investigador se muestran presentes delante de tales procesos. Por medio de esos análisis, nuevas preguntas son elaboradas para el campo de producción del conocimiento, invitando a los lectores a considerar el acto de pesquisar como práctica política. Se entiende el proceso de producción de conocimiento a partir de líneas móviles de visibilidad y de enunciación que se componen en redes, en las cuales el investigador no es neutro, sino que realiza elecciones asociadas a afectos, tensiones y deseos. El papel de la pesquisa es colocado en análisis, bajo la ótica de la producción de efectos y de la ciencia como práctica nômade e híbrida.

Palabras clave: Psicología. Política científica e tecnologica. Construcción de conocimiento. Ética.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil apresenta um crescimento exponencial nas últimas décadas. De 38 cursos que existiam em 1962 – à época da regulamentação da Psicologia no Brasil –, registravam-se 4.747 cursos de pós-graduação no fim do ano 2011 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, 2011). O monitoramento desse sistema é de responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desde o ano 1976.

A CAPES nasce oficialmente no Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2010).

No contexto político de retomada do projeto de construção de “uma nação desenvolvida e independente”, e, no contexto estratégico de industrialização e de complexidade da administração pública, surge a urgência da formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos setores (CAPES, 2010).

Em julho de 1974, sua estrutura é alterada pelo Decreto nº 74.299, e passa a ter o estatuto de “órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira” (CAPES, 2010). É reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura pelo Decreto nº86.791,

em 1981. O órgão tem a incumbência de elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior, e é por meio do papel de coordenadora da avaliação da pós-graduação que a CAPES ganha força – sendo sua proximidade com a comunidade científica e acadêmica aprofundada pelo Programa de Acompanhamento e Avaliação, que contribui para a criação de mecanismos efetivos de *controle de qualidade* (CAPES, 2010).

Em 15 de março de 1990, por meio da Medida Provisória nº 150, a CAPES é extinta. Com a mobilização das pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades e com o apoio do Ministério da Educação, em 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.028 recria a CAPES, que obtém, então, o *status de fundação pública* em 09 de janeiro de 1992, pela Lei nº 8.405. Em 1995, essa instituição é reestruturada e fortalecida por se tornar responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros (CAPES, 2010).

O aumento na quantidade de pesquisas acadêmicas no Brasil é evidenciado pelo crescente número de publicações, revistas científicas, congressos, cursos de pós-graduação nas mais variadas áreas, bem como de seus egressos titulados¹. Tal aumento pode ser lido como *desenvolvimento e progresso*; a proposta deste texto, porém, é ultrapassar esse formato de análise, a fim de nos debruçarmos sobre a tensão que emerge no ato de pesquisar e sobre os efeitos das pesquisas realizadas.

Em 1993, René Lourau vem ao Brasil por convite do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Essa viagem está relacionada com a dificuldade do estabelecimento de novas metodologias qualitativas de pesquisa, uma tensão entre exigências de órgãos de financiamento e

propostas de diversos pesquisadores (Lourau, 1993). Mais de quinze anos depois, há uma série de mudanças nesse contexto, bem como a elaboração de novas perguntas (e a produção de algumas respostas). No artigo em tela, a fim de problematizar o ato de pesquisar e seus efeitos, vamos nos debruçar especialmente sobre a transformação da realidade e as implicações éticas do pesquisador com esse processo.

O ato de pesquisar em redes

O movimento de se elaborar novas perguntas para o campo de produção do conhecimento e que nos convida a pensar, inclusive, no ato de pesquisar e nos seus efeitos – tal como aqui nos propomos –, traz questionamentos sobre o solo epistemológico e paradigmático que habitamos. Uma vez que tenhamos adotado a postura de pesquisador ético, colocamos em análise as noções de neutralidade, essencialismo, verdade universal, gênese, conhecimento *a priori*, hierarquia (e dicotomia) sujeito-objeto. Faz-se pertinente analisá-las menos no sentido de formatar um modelo de paradigma para nos alocarmos confortavelmente, e mais sob a perspectiva política de não aceitarmos hegemonias simplesmente por estarem naturalizadas.

Partimos do entendimento de que o processo de produção de conhecimento ocorre no plano das redes, dos fluxos, por serem configurados a partir de linhas móveis de visibilidade e de enunciação. Tanto a mobilidade das linhas de força quanto sua composição em rede são características que nos levam a tomar Bruno Latour (1994) para problematizarmos a temática acima levantada.

Compreender o funcionamento das redes implica mudança paradigmática do modo de conhecer kantiano², inversão da lógica da demarcação e, ainda, mudança estratégica de pensamento (Kastrup, 2007).

1 Cf. em <http://www.anpepp.org.br/index-text.htm> e <http://www.capes.gov.br/>

2 Fazendo referência à *Crítica da Razão Pura*, Kastrup (2007) fala da formulação do conhecimento que, segundo Kant, se daria a partir da relação entre dois polos, sujeito e objeto, que não sofrem nenhum tipo de efeito na experiência do conhecer. Assim, o ato de conhecer estaria resguardado de qualquer potência inventiva. Barros acrescenta: “O sujeito é o que age sobre o objeto para conhecê-lo” (2007, p. 185), em uma relação de primazia.

Essa demarcação, na modernidade, criou zonas ontológicas como *sujeito* e *objeto*. Diante da proposta da ciência moderna, o conhecimento se dá a partir de uma lógica binária na qual um objeto é apreendido, reconhecido, descrito e inserido em uma categoria definida *a priori*. Tal categoria tanto confere identidade ao objeto quanto produz outra opostamente correspondente; modos de existência não categorizáveis são, assim, excluídos.

Latour, em sua teoria ator-rede (1994), aliado à filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, traz importante contribuição ao teorizar o conceito de redes a partir da problematização de ciência moderna (Moraes, 1998). A originalidade do trabalho de Latour está na reflexão de que jamais teríamos sido modernos, pois sempre escapamos ao projeto de Constituição³ da Modernidade. Neste, a busca pela purificação dos objetos por meio da prática de exclusão sempre produziu híbridos que ocupariam um lugar intermediário entre humanos e não humanos, sociedade e natureza. A teoria ator-rede é a aposta do autor na positividade dos híbridos. Moraes pontua que:

(...) Na teoria ator-rede, a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Uma rede não se reduz a um ator sozinho. Ela é formada por séries heterogêneas de elementos, humanos e não-humanos conectados (...) Assim, uma rede de atores é simultaneamente um ator cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede capaz de redefinir e transformar seus componentes (2003, p. 538)

A rede, ao ocupar o espaço do meio, seria aquilo que explicaria as extremidades ocupadas antagonicamente por sujeitos e objetos. Ela é entendida como região ontológica e não intermediária. Latour afirma que, quando começamos pelo meio, as extremidades se esvaziam: “Se

acrescentarmos à versão oficial e estável da Constituição sua versão oficiosa e quente – ou instável –, é o meio, pelo contrário, que fica cheio, e os extremos se esvaziam” (1994, p. 87). Outras demarcações se fazem. O ponto de apoio da realidade se reverte.

Tomamos então o meio como suporte explicativo das extremidades, invertendo assim a lógica do projeto da modernidade (Kastrup, 2007). O conceito de redes como norte para o ato de pesquisar implica a desconstrução da prática moderna de categorizar por exclusão da diferença, não se restringindo ao *a priori* kantiano, ainda ressonante em grande parte das práticas de pesquisa na contemporaneidade. Implica, inclusive, lançar para o campo da experiência, do devir e da inventividade os rumos e os efeitos da pesquisa.

As redes produzem os híbridos, ou seja, elas colocam em conexão elementos humanos e não humanos, da natureza e da sociedade. Elas operam bifurcações e sugerem temporalidade às pesquisas e à própria ciência. É na rede coletiva que os agenciamentos se dão: não mais entre sujeito individual e objeto técnico, mas entre fluxos heterogêneos, coletivos, de forma indeterminada e imprevisível. Nas palavras de Kastrup, “o agenciamento é coletivo porque opera num nível distinto do das formas unificadas do sujeito e do objeto, numa zona de mediação onde os vetores físicos e neurais, técnicos e cognitivos coexistem numa multiplicidade indistinta e complexa” (2007, p.217).

Dessa forma, a pesquisa e a produção de conhecimento não estariam no campo da representação de objetos por sujeitos-pesquisadores, mas seriam lançados para o campo da processualidade. O conhecimento seria efeito, resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento (Barros, 2007). Não há um caminho logicamente necessário no domínio

3 Latour denomina Constituição o texto comum que, na modernidade, define um acordo e separação que coloca, de um lado, humanos, e, de outro, não humanos, os lados social e natural, político e científico, ao passo que estes excluem os não categorizáveis, os híbridos (Latour, 1994, p. 19).

das redes, uma vez que se sugere a reunião de conexões performativas. Moraes (1998), em um enfoque deleuziano, coloca a questão de que tais conexões se distribuem de forma nômade, o que introduziria perturbações e desvios nas formas constituídas em um plano de atualidade. Dessa forma, as coisas, os seres, podem ser considerados do ponto de vista de sua potência.

Afirmamos, assim, nossa aposta no ato de pesquisar como prática política. Que efeitos e comprometimentos de pesquisa podemos então considerar? Ao se romper paradigmas da ciência moderna, inscrevem-se *outros*. Apostamos, então, em outros atores, em outros fluxos, em novas possibilidades; apostamos na alteridade, nos híbridos, nos devires.

Neutralidade em questão

Como segundo ponto de debate, trazemos a problematização do conceito de neutralidade do pesquisador. Não entendemos que sujeito e objeto da pesquisa sejam essências fixas e estruturadas, mas que a constituição do sujeito como tal se produza como efeito de construções sociais, localizadas historicamente, em suas relações com o mundo e suas apreensões da experiência de existir, atravessadas por diversos elementos. A esse processo, Guattari e Rolnik (1996) chamam de produção de subjetividade. Segundo Kastrup,

O conceito de subjetividade é indissociável da idéia de produção. Produção de formas de sensibilidade, de pensamento, de desejo, de ação. Produção de modos de relação consigo mesmo e com o mundo. A subjetividade não é um dado, um ponto fixo, uma origem. O sujeito não explica nada enquanto não tiver sua constituição explicada com base num campo de produção de subjetividade” (2007, p. 204)

O sujeito não existe como essência, mas como processos, processos de desejar, sentir,

escolher, experimentar, produzir, sofrer, afetar, amar. Cada sujeito se constitui em sua singularidade, ou seja, é único, ainda que atravessado de forma comum a outros pelas produções sociais e culturais das quais faz parte. Kastrup ressalta que esse campo de subjetividades é indispensável à existência do sujeito; de fato, é nele que o sujeito se produz permanentemente. Kastrup e Barros complementam: “Os fenômenos de produção da subjetividade possuem como características o movimento, a transformação, a processualidade” (2009, p.76).

Dessa forma, não entendemos que haja uma neutralidade do pesquisador, na medida em que há escolhas feitas por ele: com relação ao objeto de estudo, ao método da pesquisa, ao campo de atuação, às análises formuladas, ao referencial teórico como solo para problematizações. Mesmo quando o pesquisador recebe uma *encomenda* de estudos, os modos de investimento nos quais ele aposta, bem como as produções que aparecem ao longo dessa pesquisa, não estão desassociadas de seus afetos, tensões e desejos. O pesquisador não é o detentor de saber que iluminará uma parte obscura do objeto e/ou aquele que revela o conhecimento verdadeiro. Avessos a essas concepções, entendemos que o pesquisador-campo se constitui em relação, em processos de invenção de si mesmo e do mundo (Kastrup, 2007). Apostamos que o amálgama pesquisador-campo não remete a falhas no ato de pesquisar ou a um problema a ser resolvido com a dissociação; ao contrário, a conexão pesquisador-campo pode ser transformada em potência.

Entretanto, afirmar que não há neutralidade do pesquisador não significa que *tudo valha*. O pesquisador precisa colocar em análise suas implicações com o processo de pesquisa⁴. De acordo com Lourau (1993, p. 85), é a aposta em um intelectual envolvido, “cujo projeto político inclui transformar a si e a

4“Radicalizando, diria que posterior às guerras mundiais e, mais precisamente, a partir de Hiroshima e Nagasaki, é necessário ser louco (ou canalha) para identificar ciência e neutralidade (ideia de ciência como positiva e universal). Hiroshima – assim como a descolonização – permitiu fazer surgir a ideia de implicação no meio científico” (Lourau, 1993, pp. 91-92).

seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises”, que se pode provocar estranhamentos e contradições. Procurar os diversos níveis contraditórios (macro e, principalmente, micro) é um movimento de implicação do pesquisador que o retira do confortável lugar de neutralidade axiológica para lançá-lo em um conjunto múltiplo de condições da pesquisa – o qual lhe traz embates e desafios devido à análise de suas posições libidinais e políticas. Nessa mesma linha, Bacca, Pey e Sá (2004) lembram-nos que os pesquisadores não são neutros, mas sim, sujeitos mergulhados no mundo, atravessados por sua história e seu presente, e envolvidos (ou não) com os efeitos de sua produção de conhecimento no mundo.

Transformar para conhecer

Produzir conhecimento é outra aposta que, inseparável do que abordamos anteriormente, parece-nos interessante para discutir o ato de pesquisar. Utilizando o movimento institucionalista como ferramenta para se pensar sobre o processo de pesquisar, Passos e Barros afirmam que “se trata de transformar para conhecer e não de conhecer para transformar a realidade” (2009, p.18). Mantemos, assim, a discussão das implicações para abrir a problematização do *produzir para transformar*: com quais efeitos que surgem no processo você está, de fato, comprometido?

Diante dessa perspectiva, falar sobre produção de subjetividade coloca em análise inclusive o papel da pesquisa. De acordo com Kastrup e Barros, o método de pesquisa não ilumina uma realidade dada *a priori*, pois a “(...) realidade é feita de modos de iluminação e de regimes discursivos. O saber é a combinação dos visíveis e dizíveis de um estrato, não havendo nada antes dele, nada por debaixo dele” (2009, p. 78). Não por acaso, Kastrup coloca que “(...) não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção dos dados de

pesquisa. A formulação paradoxal de uma *produção de dados* visa a ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual” (2009, p. 33).

Sujeito e mundo são processos produtivos; nesse sentido, não cabe falar de divisão ou dicotomia entre pesquisador e objeto do conhecimento. E mais: a pesquisa produzirá efeitos em ambos, posto que esta se constitui como mais um regime de discursos e práticas que atravessa os agenciamentos coletivos de enunciação e os *agenciamentos maquínicos*⁵. Concordamos, então, com Kastrup (2008) que o ato de pesquisar produz pelo menos quatro níveis de efeitos: no pesquisador, no processo estudado, na questão da pesquisa e no campo do conhecimento. Tais efeitos não dependem da intencionalidade do pesquisador, nem se organizam de forma linear.

Podemos, diante disso, trazer o conceito de transversalidade para operar na produção de efeitos. Transversalidade diz respeito à ruptura com parâmetros horizontais e verticais. Com relação à horizontalidade, entende-se que não se deve supor que seja possível equalizar as coisas, como se não houvesse diferenças entre elas; no sentido de verticalidade, entende-se que é preciso romper a hierarquia da relação *mestre-discípulo* (Guattari, 2004). Assim, entendemos que pensar sobre a produção de efeitos é escapar dos universalismos e das verdades absolutas que trazem o paradigma de pesquisador-desvelador. É, principalmente, fazer presente a perspectiva de operar na transversalidade, na qual se considera um plano *em que a realidade toda se comunica*. Na multiplicidade dessa comunicação, não se esgotam os dois eixos hegemônicos vertical x horizontal (Passos & Barros, 2009), mas entende-se que os efeitos são também múltiplos, produzidos em rede e a partir de forças que operam na

5 Guattari (2005) substitui a ideia de sujeito como entidade individuada por agenciamento coletivo de enunciação. “Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é *agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, *agenciamento coletivo de enunciação*, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, *lados territoriais* ou reterritorializados que o estabilizam, e, de outra parte, *picos de desterritorialização* que o arrebata” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 29).

transversalidade e que estão em constante movimento.

De acordo com Deleuze e Guattari, fazer o múltiplo significa retirar a centralidade de uma origem, gênese ou ponto fundante de qualquer processo produtivo. “Subtrair o único da multiplicidade a ser construída; escrever a n-1. Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 15). Em um rizoma, não há uma única entrada ou saída; entra-se sempre pelo meio de algo que está em movimento. Assim, é com essa proposta que pensamos ser interessante dar continuidade à problemática em questão acerca do ato de pesquisar e de seus efeitos.

O rizoma e a multiplicidade dos mapas

Para Deleuze e Guattari (1995), o rizoma não se opõe ao modelo arborescente, mas se constitui no meio deste, no entre. Porém, técnicas investigativas que representam objetos estáticos, operando como uma fotografia, não registram a multiplicidade dos movimentos. Esses autores dizem que a opção metodológica consiste em fazer um mapa que não tem um ponto central, mas que acompanha movimentos e se transforma, uma topografia dos processos de produção de subjetividade, de realidade.

Construir mapas, e não decalques. Kastrup ressalta que a “(...) cartografia é um método (...) que visa a acompanhar um processo, e não a representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar processos de produção” (2009, p.32). Passos e Barros complementam que “a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa (...), o primado (é) do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (2009, p.17). Bacca, Pey e Sá (2004), por sua vez, afirmam que o

método cartográfico investiga instituições que não precisam corresponder a estabelecimentos físicos, mas a construções subjetivas, lógicas e modos de funcionamento.

É assim, por meio da noção de rizoma, que entendemos a potência do ato de pesquisar. Sob o título de cartografia, Deleuze e Guattari explicam que pesquisar é construir mapas, acompanhar processos (Pozzana de Barros & Kastrup, 2009). Diante dessas construções, aposta-se em um movimento que não procura uma gênese fundante capaz de dar sentido àquilo sobre o que se pesquisa: é o ato de pesquisar que ultrapassa as linearidades, que nos convida a trabalhar para além das causalidades e das finalidades, que problematiza o real e que nos inclina inclusive a investigar as virtualidades que se encontram menos visíveis nesse campo múltiplo do mapa.

Dispositivos para ampliar o campo

A fim de entender a proposta de acompanhar processos, nosso investimento direciona-se para a avaliação do conceito de dispositivo. De acordo com Kastrup e Barros, a pesquisa precisa de dispositivos que produzam visibilidades (e *dizibilidades*) a forças que operam no campo. Foucault relaciona o dispositivo a

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entres esses elementos (1979, p. 244)

O dispositivo é um espaço de permanente reconstrução, onde se encontram linhas de discursos, de práticas e de subjetivação

que passam no seu centro, tal qual um rizoma (Deleuze & Guattari, 1995). Conforme apontam Kastrup e Barros, os dispositivos operam na invenção e na conexão com outros dispositivos e, no processo de pesquisa-intervenção, “revelam a potência de fazer falar, fazer ver e estabelecer relações” (2009, p.79). Sendo assim, entende-se que o dispositivo produz efeitos não previstos devido a suas características de (1) operar por meio de uma multiplicidade de forças, (2) ser móvel, ou seja, de ser configurado por uma composição variável de linhas que se relacionam entre si e nas quais entrecruzam diferentes forças, e (3) de emergir como função estratégica de certa urgência histórica, visto que discursos e práticas de diferentes lugares são mobilizados em um processo de reajustamento de demandas não previamente calculadas (Deleuze, 1990).

Cada efeito provocado pelo dispositivo tem uma relação ou de ressonância ou de contradição – a depender de cada componente que atinge – e exige rearticulações de forças e reajustamentos dos elementos homogêneos envolvidos. Assim, o dispositivo continua reformulando-se como processo de preenchimento estratégico (Foucault, 1979) e não tem uma regra geral, pois é composto de linhas variáveis, que não possuem coordenadas constantes e que se formam como multiplicidades em um movimento de entrecruzamentos (Deleuze, 1990).

O grupo, por exemplo, pode operar como um potente dispositivo na medida em que a diferença e o entrecruzamento de forças permitam o estranhamento das relações de poder e saber naturalizadas (Frotté, 2001). Trazendo a noção de grupo discutida por Barros, entendemos que este se constrói no encontro entre diferentes formas de conceber o mundo e que, justamente por

seu caráter múltiplo, permite a emergência de novos possíveis. Conforme essa autora, com o grupo, há abertura para a emergência de possibilidades outras, *dessubstancializadas*, as quais rompem saberes e práticas constituídos a partir do paradigma da separação dicotômica de indivíduo/sociedade, sujeito/grupo, parte/todo. Ao apostar nessa noção, entende-se grupo como uma instituição, de caráter político, como um campo de forças que se entrelaçam, como espaço de encontro com a diferença. Esta toma a forma de perturbação, e promove rachaduras, ou seja, problematizações e bifurcações sucessivas; ainda, permite a invenção por meio da problematização, o que implica a diferenciação, a emergência de processos de singularização. “Há que pensá-los como dispositivos, como máquinas, e, portanto, abertos a permanentes conexões a serem acompanhadas (...) como acontecimentos que, ao irromperem, desmancham territórios cristalizados” (Barros, 2007, p. 29).

Sendo assim, trabalhar com grupo equivale a apostar no coletivo, a *desnaturalizar* referências sociais dominantes, a problematizar o modo de constituição das instituições, a indagar sobre as dicotomias que se apresentam naturalizadas no contexto em que se vive, a fomentar a expressão de virtualidades existenciais, a recusar vivências individualizadas, a remeter a autoria dos enunciados aos coletivos, e não a sujeitos individuais. Diante de tais perspectivas, é possível apostar no dispositivo-grupo como potência de intervenção, na medida em que ele permite tanto *transversalizar* diferentes planos de ação quanto dar visibilidade a diferentes forças que o atravessam. E é por meio desses engendramentos que é possível ampliar o campo da análise em uma pesquisa.

Outro exemplo interessante de dispositivo são os *fora do texto*, trazidos por Lourau (1993): a escrita do diário de campo pode ser um importante dispositivo para produzir a análise das implicações.

Em *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, Foucault (1988) trabalha o dispositivo da sexualidade como uma complexa estratégia de normas, saberes, práticas e discursos que regula os modos de produção da sexualidade, controlando corpos, subjetividades e populações. Em grande parte das obras desse autor, entendemos que os dispositivos por ele eleitos foram potentes para fazer ver e falar diversas construções sociais realizadas pelo próprio homem e que foram naturalizadas ao longo de sua história. A sexualidade, a loucura, as prisões, os anormais foram *objetos de pesquisa* que colocaram em análise configurações que comumente são consideradas parte intrínseca dos modos de ser do homem desde sempre. Vale destacar que, além de serem tomados como dados *naturais*, esses dispositivos permanentemente se reinventam, capilarizam o poder e ampliam o controle.

Ao elegermos dispositivos para a pesquisa, podemos acioná-los como ferramentas potentes que fazem ver e falar nosso plano de análise. Acompanhando os efeitos provocados pelo dispositivo lançado, temos possibilidade de visualizar as linhas de força que o compõem, como elas se articulam, com quais outras se conectam, quais as diferentes formas com que se arranjam e como ganham ou perdem legitimidade.

Erro e errância como efeitos

Conforme visto anteriormente, os dispositivos produzem efeitos que vão além de previsões (Foucault, 1979). Mesmo sendo uma estratégia, aqui e ali, novas formas se produzem e forças se engendram. Efeitos esperados e inesperados passam a se relacionar com a estratégia do dispositivo, e, através de associações e contradições, exigem sua reconfiguração. Uma vez que tenhamos apostado em dispositivos como potência para fazer ver e falar forças que

operam na invisibilidade e no indizível do campo de pesquisa, entendemos que trabalhar a questão da imprevisibilidade do acontecimento⁶ é um ponto interessante para dar continuidade à nossa discussão.

Trazemos mais uma vez, então, a contribuição de Bruno Latour (1994) como ferramenta para tal análise. A ciência moderna considerou o erro como aquilo que deveria se corrigido, purificado, superado, excluído, uma vez que o conhecimento se dá a partir de categorias previamente estabelecidas. O erro é visto como positividade, como sinônimo de errância, no qual immanentemente se dariam processos de diferenciação (Moraes, 2003). Na errância, a inventividade constitui vetor de produção de normas temporárias, instáveis e locais. Nesse sentido, erro e errância são aqui analisados como efeitos no ato de pesquisar devido à aposta de sua potência na produção de efeitos de devir-nomadismo-invenção (Moraes, 1998, 2003). Dito de outra forma, nossa aposta de pesquisa-intervenção é escapar das hegemonias, problematizar as naturalizações e, principalmente, potencializar a criação de outros possíveis. É a ciência como prática nômade que redefine o lugar do erro na pesquisa. O erro entendido como errância está em articulação com uma prática híbrida, que ultrapassa limites por todos os lados, que coloca em deriva as formas, a constituição do pensamento. Conforme define Deleuze em *Diferença e Repetição*, a errância sugere potência de pensamento, do ser, “por ser sem cerca nem medida... salta eventualmente, isto é, ultrapassa limites, indo até o extremo daquilo que pode, seja qual for o grau.” (Deleuze como citado em Moraes, 1998, p.148).

Pesquisa em atenção aos processos de criminalização

Nosso investimento está estreitamente vinculado a possíveis construções, pelo ato de pesquisar, de estereótipos e estigmas que

⁶ Utilizamos o termo conforme Nietzsche e Foucault: como rupturas que provocam descontinuidades no âmbito do saber-poder, fazendo mudar a *épistème* de uma época (Bacca, Pey & Sá, 2004), aquilo que nos faz pensar ao nos fazer debruçar sobre um contexto, o que põe em cena o jogo entre forças de saber-poder. Gregorio Barembliitt (1994) afirma-o como o substrato de transformações que modificam a História e ainda, como o momento de aparição da singularidade. O acontecimento é um efeito sem corpo, ele apenas irrompe desmanchando territórios cristalizados.

conduzam, cientificamente, a processos de criminalização. Para tanto, novamente nos remetemos à noção de dispositivo: se um dispositivo engloba, dentre outras coisas, normas, leis e regulamentações (Foucault, 1979), ele também produzirá categorias de sujeitos que transgridem as regras. Afinal, linhas de fuga também são composições do dispositivo, e as subjetividades que se encontram nesse processo de ruptura, por sua vez, sofrem punições (Foucault, 2005) e devem ser corrigidas, purificadas (Foucault, 2005; Latour, 1994), excluídas e/ou incluídas em outros formatos, como os asilos, as casas de correção, os hospitais, as prisões – conforme traz Foucault.

Por processos de criminalização⁷, entendemos a constituição de certo modo de ser sujeito por meio da instituição de uma norma e da vigilância remetida à possibilidade de sua transgressão, instituindo-se como forma de controle a punição ou o castigo. Lembremos que, sendo a pesquisa um potente (e legitimado) processo para a produção de efeitos, existe a possibilidade de tais efeitos remeterem à lógica de criminalização. Uma vez mantida a perspectiva do *erro* em nossas pesquisas, produzimos sujeitos cientificamente dados como anormais sob a ótica de categorias de transgressão.

Retomando o dispositivo da sexualidade como exemplo, entendemos que as normas sexuais produzem modos específicos de existência, bem como processos de criminalização. Enquanto algumas pesquisas naturalizam o papel da sexualidade na existência humana, outras tentam ampliar o conceito de *normal* – o que se traduz em uma capilarização do poder, que atinge cada vez mais fundo os sujeitos, esvaziando a potência do *ser diferente*. Por outro lado, podemos apostar nas linhas de fuga como intervenção para se produzir coletivos potentes, autônomos, singulares, que inventem novos modos de existência, questionando as próprias regras estabelecidas.

É importante destacar que, sendo os dispositivos capazes de provocar efeitos que nos escapam (o que não implica erros na pesquisa ou do pesquisador), a virtualidade nas suas reconfigurações e ressonâncias não equivale à *desimplicação* do pesquisador. A análise das implicações precisa levar em conta as relações de poder na produção de novas categorias, pois a intervenção pode reafirmar a norma ou mesmo modificá-la de forma a aumentar sua potência. Assim, conforme Bicalho, Cassal, Magalhães e Geraldini (2009), “nossas práticas envolvem uma concepção de mundo, de sociedade, de homem, de humano, exigindo um posicionamento sobre a finalidade da intervenção que fazemos, a qual envolve a certeza de que nossas práticas têm sempre efeitos, exigindo que tomemos, portanto, posições” (p. 33).

Nesse sentido, afirmamos que, na mudança de um dispositivo, desloca-se o lugar dos processos emergentes que, por sua vez, podem ter um novo papel no dispositivo. Assim, os processos acompanhados em uma pesquisa cartográfica podem (e possivelmente vão) colocar em xeque a questão de pesquisa inicialmente formulada. É aqui que encontramos o nível de intervenção acima citado – o dispositivo opera e transforma o próprio dispositivo. E nos perguntamos: o quanto estamos abertos para essa mudança e novidade? É sob esse prisma que trazemos à cena a análise das implicações: apostar em efeitos é principalmente ter compromisso com a ética, é pensar na viabilidade de tanto se produzir processos de criminalização quanto de potencializar rupturas. E acompanhar processos na pesquisa remete, inclusive, à possibilidade de entrar em contato com o virtual atualizado em real: quais realidades queremos produzir?

7 Diferenciamos tais processos de um modo de constituição de sujeitos mediados pela norma penal oficial: os processos de incriminação. Incrimina-se quando – ao fazer agir a lei penal – transformamos transgressões em crimes e, de modo análogo, transgressores em criminosos. Os processos de criminalização não partem da lei penal como norma, mas igualmente criam transgressões e sujeitos transgressores, por meio de processos de segregação, infantilização e culpabilização, fazendo circular uma poderosa máquina de produção de subjetividades hegemônicas (Guattari & Rolnik, 1996).

Conclusão

Entendemos que existem possibilidades plurais que podem ser engendradas no ato de pesquisar e nos efeitos produzidos por meio das ferramentas implicação, rizoma, dispositivo, errância, rede e cartografia. Sendo assim, que este texto possa provocar estranhamentos e lançar novas perguntas, reflexões, construção de outras práticas.

Tal proposta não exclui, entretanto, a possibilidade de rematarmos com a seguinte questão: o que propomos a partir da prática da pesquisa? Utilizar dispositivos dentro desse dispositivo, que façam ver e falar tais processos produtivos, e que possam criar outros efeitos. Investir na pesquisa como ferramenta para operar a produção de outros dispositivos. Perceber que um dispositivo não é *bom* ou *mau*, que não há dicotomias em jogo, mas usos e escolhas – sempre políticas!

E, se ousarmos pensar em termos de *finalidade*, inscrevemos aqui: apostamos menos na coleta de dados e no mapeamento das formas de um objeto e mais na produção de dados e na visualização da composição de forças; apostamos na ruptura de padrões hegemônicos que fomentam processos de criminalização; apostamos nas lógicas-outras para que se percam de nós e ganhem potência; apostamos no pesquisador-implicado que não controla os efeitos produzidos, mas contempla os estranhamentos. Que os cinquenta anos de regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil sejam um acontecimento para comemorarmos o evidente crescimento da produção científica em Psicologia, mas que sirvam também para colocarmos em análise nossas políticas de pesquisa e, assim, o que temos realizado com a prática social de produção do conhecimento.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Doutor em Psicologia, professor do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: ppbicalho@ufrj.br

Kely Cristina Magalhães

Mestre em Psicologia, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: kelydecotelli@gmail.com

Luan Carpes Barros Cassal

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: luancassal@yahoo.com.br

Janaína Rodrigues Geraldini

Mestre em Psicologia, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: jgeraldini@yahoo.com.br

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Av. Pasteur, 250, pavilhão Nilton Campos, Campus Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. CEP: 22290-340

Referências

- Bacca, A. M., Pey, M. O., & Sá, R. S. de. (2004). *Nas pegadas de Michel Foucault: apontamentos para a pesquisa de instituições*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Barembliitt, G.. (1994). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática* (2a ed.). Rio de Janeiro: Roda dos Tempos.
- Barros, R. D. B. de. (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina.
- Bicalho, P.P.G., de, Cassal, L. C. B., Magalhães, K. C., & Geraldini, J. R. (2009, dez.). Formação em psicologia, direitos humanos e compromisso social: a produção micropolítica de novos sentidos. *Boletim Interfaces da Psicologia*, 2(2), 20-35.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. (2010). *História e missão*. Recuperado em 26 setembro, 2010 de <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. (2011). *Mestrados/doutorados reconhecidos*. Recuperado em 18 outubro, 2011 de <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiao>
- Deleuze, G.. (1990). *O que é um dispositivo?* Recuperado em 22 março, 2011 de <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.html>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Introdução: rizoma. In G.. Deleuze & F. Guattari, *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1, pp. 11-38). São Paulo: Editora 35.
- Foucault, M. (1979). *Micropolítica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (2005). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Frotté, M. D. (2001). *Analítica do vocacional: percursos e derivas de uma intervenção*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- Guattari, F. (2004). Introdução à psicoterapia institucional (1962-63). In *Psicanálise e transversalidade. Ensaio de análise institucional*. São Paulo: Idéias & Letras.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kastrup, V. (2007). *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Kastrup, V. (2008). O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In L. R. Castro & V. L. Besset (Orgs.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 465-489). Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ.
- Kastrup, V. (2009). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In R. B. Barros de, V. Kastrup & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 32-51). Porto Alegre: Sulina.
- Kastrup, V., & Barros, R. B. de. (2009). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In R. B. de Barros, V. Kastrup & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 76-91). Porto Alegre: Sulina.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Lourau, R. (1993). *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Moraes, M. O. (1998). *Uma psicologia em ação*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- Moraes, M. O. (2003). A psicologia como reflexão sobre as práticas humanas: da adaptação à errância. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 535-53. Recuperado em 07 novembro, 2010 de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19976.pdf>
- Passos, E., & Barros, R. B. de. (2009). A cartografia como método da pesquisa-intervenção. In R. B. de Barros, V. Kastrup, & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17-31). Porto Alegre: Sulina.
- Pozzana de Barros, L., & Kastrup, V. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In R. B. de Barros, V. Kastrup, L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52-75). Porto Alegre: Sulina.